



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS

Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos

Maputo, 17 de Maio, 2020 Número 16

Português | www.cddmoz.org



4º DIA DO JULGAMENTO DO “CASO MATAVELE”

Dono da Toyota Mark X diz que emprestou a viatura ao amigo e “irmão em Cristo” Nóbregas

Ao quarto dia, o Tribunal Judicial de Gaza concluiu as audições dos arguidos acusados de assassinar Anastácio Matavele, inquirindo o inspector Justino Muchanga, chefe de armamento na sub-unidade da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), e o professor de formação Ricardo Manganhe, dono da Toyota Mark X usada no atentado.

No lugar de Manganhe poderia estar a responder o edil de Chibuto, Herinques Machava, o verdadeiro titular da viatura. Quando seu nome foi colado ao homicídio, o “camarada Machava” reagiu afirmando que já tinha vendido a Mark X ao Ricardo Manganhe, seu subordinado no município de Chibuto, faltando apenas a troca de titularidade. E as





sim escapou da acusação do Ministério Público e cumpriu-se mais um capítulo do longo roteiro desenhado para afastar qualquer motivação política no crime hediondo cometido a uma semana das eleições gerais de 2019.

Aliás, a própria história da compra da viatura é sui generis. Na sexta-feira, Manganhe contou que em Abril do ano passado foi ao Millennium bim solicitar um crédito de consumo para a compra de material de construção e de uma viatura. Mas só no dia 29 de Agosto pagou ao Henriques Machava 200 mil meticais pela Toyota Mark X, faltando por liquidar 50 mil. Questionado pela juíza Ana Liquidão porquê razão levou quase quatro meses com dinheiro na conta para comprar a viatura, Manganhe respondeu que o plano era adquirir o carro na África do Sul, por isso precisou de muito tempo para cambiar meticais por randes.

Mesmo na posse dos randes, ele não mais viajou para África do Sul e preferiu comprar a viatura em Chibuto, cidade onde reside e trabalha. O tribunal não o questionou porquê desistiu do mercado sul-africano e em que circunstâncias tomou conhecimento de que o presidente do município estava a vender a viatura.

À pergunta sobre a forma de pagamento, respondeu que foi através de depósito na conta de Machava, domiciliada no Millennium bim. "Porquê não transferiu o valor, se os dois têm contas no mesmo banco", questionou o tribunal. "Eu já tinha

comprado os randes, mas o dono da viatura queria o valor em meticais. Então, tive que voltar a trocar os randes por meticais e depositar na sua conta", justificou.

Passados 36 dias depois de comprar a Toyota Mark X, Manganhe deu-a de empréstimo ao amigo e "irmão em Cristo" Nóbregas Chaúque, um dos operativos mortos em acidente de viação que se seguiu ao assassinato de Matavele. Disse ao tribunal que aquela não era a primeira vez que Nóbregas pedia a viatura para cuidar de assuntos familiares, e sendo um "irmão em Cristo" nunca se preocupou em saber de que assuntos se tratava.

Quando o guião da narrativa parecia impecável, eis que surge a primeira contradição com os depoimentos dos operativos Edson Silica e Euclídio Mapulasse: Manganhe disse que passou a viatura ao Nóbregas no dia 5 de Outubro na cidade de Chibuto, num acto não testemunhado por terceiros. E que foi o próprio Nóbregas que tirou a Toyota Mark X, porque estava habilitado para conduzir.

Entretanto, Silica (motorista do pelotão) já tinha avançado que no dia 5 de Outubro foi convidado pelo colega Nóbregas para ir buscar a viatura que estava estacionada perto de uma escola, na cidade de Xai-Xai. "Quando chegamos, ninguém estava no local e não sei quem tinha deixado a viatura. Nóbregas entregou-me as chaves, entramos na viatura e fomos ao encontro dos outros colegas", contou Edson Silica, na audição de quarta-feira.

Questionado porquê não foi Nóbregas a levar o carro, Edson Silica respondeu que o colega não estava habilitado para conduzir. E mais: tanto Edson como Mapulasse contaram que passaram quase todo o dia 5 de Outubro na companhia de Nóbregas na cidade de Xai-Xai, e não falaram de uma viagem do colega a Chibuto.

Manganhe contou ao tribunal que soube que a sua viatura tinha sido usada para o cometimento do assassinato e mais tarde se envolvido em acidente através de colegas de serviço que viram a informação nas redes sociais. "Eles viram imagens do acidente e reconheceram a minha viatura através da

matrícula". Tempo depois de tomar conhecimento dos factos, Manganhe desligou os telemóveis porque "estava a receber muitas chamadas de pessoas que queriam saber o que teria acontecido". Após uma pergunta de insistência, respondeu que desligou os telemóveis porque "estava traumatizado".

Mas não foi pelo trauma que Manganhe não procurou saber das circunstâncias em que o seu carro foi usado no crime e mais tarde se envolveu em acidente mortal: "Não tive nenhuma acção porque sabia que seria chamado pelas estruturas. A Polícia tinha estado no local do acidente e, através do titular da viatura, iria chegar até mim".

Inspector Justino, o último a saber das ocorrências

Está há 32 anos nas fileiras da Polícia e é o responsável pelo arsenal da UIR em Gaza. Seu depoimento revelou fragilidades no sistema de controlo das armas naquela sub-unidade das forças especiais. O controlo é feito através do livro onde são registadas as saídas e as entradas das armas. O armeiro em serviço regista no livro o número da arma solicitada ou devolvida e as respectivas horas, e o agente assina o livro, tanto no acto de levantamento como na devolução. "Quem sabe do destino das armas é o comandante do pelotão. Nós só registamos o levantamento e a arrecadação de armas e não entramos em questões operacionais".

Nos autos, consta que na noite de 6 de Outubro, Agapito Matavele e Euclídio Mapulasse foram ao arsenal tentar levantar armas diferentes daquelas que lhes foram atribuídas. "Quem estava em serviço era o colega Daniel Carlos Maússe. Ligou-me a informar que dois colegas do GOE estavam a solicitar as armas que são usadas pelos oficiais de permanência. Eu disse que não devia dar", contou, negando, porém, que o episódio tenha acontecido na véspera do assassinato de Matavele.

Apesar de ter sido uma solicitação estranha, o inspector Justino assumiu que nada fez para obter esclarecimento: não procurou saber porquê os "colegas do GOE" queriam armas diferentes, nem com os próprios, nem com o respectivo comandante; e não participou o caso aos seus superiores hierárquicos.

Sobre o assassinato de Matavele, contou que tomou conhecimento 24 horas depois, uma vez que estava de folga no dia 7 de Outubro. E foi no dia 8 de Outubro que assinou a devolução de duas pistolas de marca Norinco. "Recebi instruções do chefe de Estado-Maior para assinar o livro como forma de confirmar que as armas deram entrada. Quando cheguei as armas já estavam no arsenal e eu não sabia que tinham sido usadas no crime". As duas pistolas tinham sido solicitadas por Euclídio Mapu-

lasse e Edson Silica em Setembro, mas ninguém do arsenal notou a demora na sua devolução.

Ao assinar a devolução de armas, Justino Muchanga sabe que violou o regulamento interno que, entretanto, não existe na versão escrita. "Quando os agentes que levantaram as armas estão impossibilitados de fazer devolução, é o comandante do pelotão ou da companhia quem o deve fazer. Agapito não estava e Tudelo não podia assinar porque estava suspenso", explicou, sem precisar a hora em que o comandante da companhia do GOE foi suspenso.

Só no dia 10 de Outubro é que ficou a saber que as armas tinham sido usadas no assassinato de Matavele, quando foi chamado para a Procuradoria da Província de Gaza. "O que fez, de seguida? Falou com o seu superior hierárquico? Pediu que ele falasse com o SERNIC? Pediu que se abrisse uma investigação para esclarecer quando e em que circunstâncias é que aquelas armas foram levantadas?", questionou Flávio Menete, um dos advogados do assistente da família Matavele. O inspector Justino não fez nem uma nem outra coisa.

As perguntas do antigo bastonário da Ordem dos Advogados forçaram Elísio de Sousa a quebrar o silêncio: "Eu não me quero meter, não é meu constituinte. Mas ele está a ser maltratado e o tribunal está a ser passivo. Acho que está a haver injustiça", atirou o defensor dos polícias que respondem em prisão preventiva.

Terminado o interrogatório dos arguidos, o julgamento retoma próxima semana com a audição dos declarantes. Terça-feira é o dia reservado para os familiares da vítima; quarta-feira serão ouvidos agentes da UIR e Zacarias Chichongue, o homem que distribuiu capulanas, camisetas e bonés da Frelimo aos implicados no homicídio; na quinta-feira será a vez dos familiares dos dois agentes que perderam a vida no acidente e, finalmente, na sexta-feira serão "outros declarantes", nas palavras da juíza Ana Liquidão.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

From April the 1st to the 30th, 2020

De 01 a 30 de Abril de 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

LIGUE JÁ:
87 85 33 330



Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

